

Falsas escolhas

AGORA TRATA-SE DE ELEGER CAMINHOS PARA AUMENTAR RESISTÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS ÀS TURBULÊNCIAS GLOBAIS

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO

O debate desta semana em torno da controvérsia do "desenvolvimentismo", que aflorou na convenção do PS-DB, tem sido altamente educativo. A discussão confirmou a suspeita de que é fraca a convicção de membros influentes do governo e do partido do presidente acerca da gravidade da crise da qual apenas escapamos. Mas foi altamente instrutivo, ao evidenciar o pouco progresso realizado, nos últimos anos, na compreensão do que pode efetivamente ser considerado objeto de escolha por parte do governo, vale dizer, daquilo que constitui

efetivamente as restrições sob as quais opera a política macroeconômica. Há mais questões relevantes nesse debate do que podemos aqui abordar. Pois merecem

análises mais profundas que têm, de tempos em tempos, aflorado nas discussões acerca dos rumos do País: o papel do Estado na promoção do desenvolvimento brasileiro, a viabilidade de um crescimento mais rápido a curto prazo, os custos e benefícios de mais um adiamento das reformas em profundidade, a natureza dos conflitos na federação, a viabilização política de políticas econômicas sustentáveis.

Não devemos ser iludidos com a questão do espaço para a escolha dos governos em maté-

ria de política econômica. É difícil, e tem sido objeto de controvérsia entre economistas profissionais, tanto entre os mais distantes quanto os mais próximos da atividade de aconselhamento às decisões de políticos e investidores nas sociedades modernas. Mas há uma conclusão geral que emerge dos debates acadêmicos nesta área, que permite pelo menos que certos erros crassos sejam evitados, capazes de levar os governos a falsas escolhas, pura e simplesmente por caírem em armadilhas, vítimas de truques ilusórios que já foram desmontados pela profissão.

Há duas conclusões importantes e nada controvertidas acerca das quais economistas minimamente informados sobre as discussões dos últimos 20 anos são conscientes. A primeira diz res-

peito à natureza intertemporal da maioria das escolhas dos governos em matéria de política macroeconômica. A segunda é que as escolhas relevantes que fazem os governos é entre alternativas incertas. Ou seja, alternativas cujo desenrolar envolve eventos fora do controle dos governos, cuja intensidade ou tempo de realização não podem ser previstos com certeza, mas acerca das quais os governos estão tomando decisões que vão afetar não necessariamente as chances de sua ocorrência, mas certamente as chances que te-

mos de evitar suas consequências mais desastrosas sobre a economia e a sociedade. Assim, optar por empenho em diminuir o déficit fiscal não impede uma nova crise externa, mas diminui os custos internos de um novo choque adverso. Este foi um erro em 1998, que não devemos repetir em 1999.

No caso presente da oposição entre desenvolvimentismo e fiscalismo, como querem alguns analistas, temos excelentes exemplos do caráter intertemporal das escolhas envolvidas. A escolha não é entre mais déficit hoje com maior desenvolvimento econômico e menos déficit com menor desenvolvimento, mas acerca dos caminhos para aumentar resistência do desenvolvimento brasileiro no futuro às turbulências de um mundo mais integrado comercial e financeiramente. Em particular, insistir em completar a tarefa das reformas é uma opção pela segurança do crescimento futuro, pela resistência aos choques externos que resulta de maior coerência intertemporal das contas públicas, da viabilidade de taxas de juros permanentemente mais baixas e da menor probabilidade de ter de aplicar choques recessivos que instabilizam os programas de investimento. Não são sintoma de des-caso pelo nível de bem-estar da população que é possível obter no final dos próximos dois anos, mas uma avaliação da probabilidade de criar esse benefício.

A perda de dinamismo da economia brasileira pós-80 foi em grande medida associada ao au-

mento da instabilidade do ambiente econômico e político que resultou de escolhas erradas nas décadas de 70 e 80, que resultaram na crise da dívida e na explosão inflacionária. O governo acaba de dar uma inequívoca demonstração de maturidade ao abrir a discussão sobre as metas a ser aprovadas para o Banco Central, ao considerar uma estratégia para a atuação das autoridades monetárias que permite a ação preventiva e o uso independente dos instrumentos de atuação de modo a privilegiar exatamente o combate à oscilação excessiva do nível de atividade e de emprego. Esta instabilidade talvez tenha sido o principal resultado negativo da estratégia macroeconômica pós-real.

Além de fonte de desgaste político para o governo, a instabilidade do nível de atividade é um obstáculo importante à reconstrução das perspectivas de crescimento econômico. A sustentabilidade do crescimento requer programas de investimento baseados em fontes previsíveis de financiamento, o que é impossível sem a recomposição da poupança doméstica. Requer regras tributárias percebidas como estáveis, o que é impossível com um orçamento público que se sustenta em CPMFs, IOFs e Cofins. E requer sistemas previdenciários que se sustentem em algo mais do que em controvérsias políticas em torno do valor lógico do ponto e vírgula.

■ Dionísio Dias Carneiro é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio

**Perda do
dinamismo da
economia
liga-se às opções
erradas feitas
nos anos 70 e 80**